



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## **AUTISMO E EDUCAÇÃO: A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA EM DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO REGULAR DA CIDADE DE PENEDO ALAGOAS**

*Flávia Maria dos Santos<sup>1</sup>*

*Gleide Selma Lima Ferreira<sup>2</sup>*

### **RESUMO**

O objetivo desse artigo foi investigar e compreender como ocorre o processo de inclusão do aluno autista na escola regular de ensino. A problemática analisada decorre a partir da metodologia de inclusiva utilizada ou ferramentas pedagógicas de inclusão promovidas pelo professor para que o processo inclusivo e de aprendizagem desse indivíduo aconteça. Dessa maneira, verifica-se que existe uma grande lacuna no decorrer desse processo do autista no ambiente escolar. Para obter os objetivos propostos foram desenvolvidos os métodos qualitativo-quantitativo, na intenção de entender como ocorre a inclusão do aluno com autismo no ambiente educacional apoiando-se em bases teóricas de autores como: Baptista (2002), Gikovate (2009), Lakatos (2002), Montoan (2006), Góes (2002) além das leis e documentos que tratam da Inclusão Escolar desse público. Somado a isso, também ocorreu através da prática dos profissionais pesquisados, assim como sua interferência no processo de inclusivo dos alunos. Os dados foram alcançados através de entrevistas semi-diretas. Diante do estudo foi possível perceber que na prática o processo de inclusão dos alunos com autismo acontece, sendo assim, é essencial que os profissionais e os demais envolvidos nesse processo inclusivo, busquem conhecimentos sobre o estudante e o transtorno que ele possui, para que desse modo auxiliem em meios/métodos para superar as dificuldades iniciais e do cotidiano com relação a esse processo, e assim promovam um ambiente educacional equânime.

**PALAVRAS CHAVES:** Autismo. Educação. Processo Inclusivo.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo-Alagoas. Endereço eletrônico: Flaviano2008@hotmail.com

<sup>2</sup> Pedagoga. Pós-Graduada em Educação Inclusiva pela Faculdade Pio Décimo. Pós-Graduada em Educação Bilingue para Surdo: Libras/Português Escrito, pela Faculdade Serigy. Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo e da rede pública municipal. Endereço eletrônico: gleidelimaferreira@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo intitulado: Autismo e Educação: a inclusão do aluno autista em duas escolas municipais de ensino regular da cidade de Penedo-Alagoas, discorre sobre aspectos relevantes para o entendimento acerca desse processo de inclusão. A escolha do estudo aconteceu após uma experiência de dois anos como acompanhante de um estudante autista em sala de aula do ensino regular no qual observou-se a falta de conhecimento da equipe pedagógica a respeito do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O Autismo ou TEA pode ser definido como um distúrbio de desenvolvimento. É descrito como um espectro, pois as características podem variar do leve ao mais severo, compromete o desenvolvimento normal e se manifesta antes da idade de três anos afetando nos indivíduos a interação social, a comunicação e o comportamento. Essas dificuldades fazem com que os discentes com o Autismo sejam bastante limitados em todo o processo de aprendizagem.

Diante disso, este estudo ganha importância e justifica-se, também, mediante a análise entre teoria e prática, visto que a instituição precisa está cada vez mais preparada e oferecer uma educação equânime que atenda às necessidades desse público no cotidiano escolar. É notória a

necessidade crescente por adequações e modificações na estrutura do ensino regular, em relação ao autista, percebendo-se que a missão é desafiadora, com uma questão a ser respondida: De que forma o educador deve intervir e auxiliar no processo inclusivo em relação ao ambiente escolar? Essa pergunta foi respondida no decorrer da pesquisa.

O objetivo da pesquisa foi investigar quais as estratégias e métodos os professores e os demais envolvidos no sistema de ensino regular têm realizado para a inclusão dos discentes com autismo, uma vez que oferecer meios para a educação equânime ao aluno com autismo tem sido um grande desafio para todos os profissionais da educação. Em alguns casos, a ausência de conhecimentos específicos sobre como ocorre o desenvolvimento cognitivo do indivíduo, sobre o TEA e de qual metodologia aplicar, faz com que surjam dúvidas sobre a forma educacional inclusiva mais adequada para promover esse novo público na atualidade.

A busca pelo conhecimento e ações sobre inclusão relativas ao autismo tornou-se uma necessidade para o bem da coletividade, e sendo assim, será importante compreender e aceitar a diversidade humana para garantir os direitos e deveres do cidadão. Por isso, cabe destacar outro aspecto relevante desse estudo, que diz respeito ao surgimento de inquietações e

discussões em busca de novos horizontes e ideais.

Vale considerar que o autista apresenta um déficit na interação social assim torna difícil a inclusão no âmbito escolar, o que justifica a maior dificuldade em se estabelecer uma proposta educativa adequada a ele.

O estudo foi realizado de forma teórica e por meio da pesquisa em duas escolas municipais da cidade de Penedo/Al, a EMEB Irmã Jolenta e a EMEB Rotary. Os indivíduos envolvidos foram 2 (duas) professoras. A metodologia utilizada foi a qualitativa salientando o caráter do objeto estudado por meio de pesquisa bibliográfica realizada apoiada em materiais já elaborados compostos através de livros, artigos leis e documentos e a quantitativa através da pesquisa de campo.

Para facilitar a leitura esse estudo foi dividido em quatro seções, pode-se destacar: Conceituando o transtorno do espectro autista, A inclusão do aluno autista, Trabalho educativo com o aluno autista, Materiais e métodos e Resultados e discussões. A introdução traz de forma resumida toda estrutura do trabalho. A segunda seção trata de conceitos sobre o aluno autista, discorrendo de forma profunda sobre a inclusão desse aluno no processo ensino aprendizagem, e ainda, descreve o trabalho educativo para esse público. Na terceira seção é dissertado sobre

os materiais e métodos utilizados no estudo. A quarta seção traz os resultados e discussões obtidos durante a pesquisa.

O Estudo expressa-se importante para adquirir conhecimentos acerca do processo inclusivo do aluno autista nas instituições públicas de ensino, como é desenvolvido, quais estratégias e métodos ofertados para tal processo ocorrer de forma significativa. A perspectiva é, segundo esse artigo, mostrar a relevância do processo inclusivo no ambiente educacional para o público com TEA, pois ele tem o objetivo de possibilitar uma melhor visão de como ocorre esse processo e dessa forma promover uma reflexão sobre estratégias e métodos podem ser pensadas e organizadas para tender esse público de maneira equânime.

## **2. CONCEITUANDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) “se caracterizam pela presença de um desenvolvimento atípico na comunicação e na interação social pela presença de comportamentos e restritos”. (ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA, 2014, p.49). Acrescenta-se que devido às características diferenciadas, que variam de aluno para aluno, o processo de aprendizagem dos estudantes com TEA necessita de adaptações que confrontam os

tradicionais métodos de ensino, já que impõem desafios aos docentes e, por conseguinte, traz a superação de barreiras para garantir a permanência no ensino regular.

O termo “Autismo” foi nomeado pelo psiquiatra Leo Kanner tendo como base a terminologia originalmente concebida por seu colega suíço Eugene Bleuler em 1911. Bleuler utilizou o termo “autismo” para descrever o afastamento do mundo exterior observado em adultos com esquizofrenia, que tendem a mergulhar em suas próprias fantasias e pensamentos (GÓMEZ e TERÁN, 2014, p. 447).

Ante essa afirmação, fica entendido que esse “afastamento do mundo exterior” se caracteriza como uma forma de comportamento em que a pessoa centra sua atenção apenas no mundo externo, sem concentração para absorver informações precisas que serão relevantes em seu processo de aprendizagem. Então, isso precisa ser acompanhado e trabalhado por especialistas que conhecem os transtornos e aprenderam técnicas para conduzir o indivíduo de maneira que aprenda e seja incluído a partir das suas limitações.

Em relação às características dos transtornos evasivos pode-se observar as seguintes:

### Quadro 1 - Características dos transtornos invasivos.

#### Transtorno de Rett

- Apenas no sexo feminino
- Desenvolvimento progressivo de múltiplos déficits específicos após um período de funcionamento normal durante os primeiros meses de vida.
- Perdas das habilidades voluntárias com as mãos (adquiridos durante os cinco primeiros meses de vida), com desenvolvimento de movimentos estereotipadas, semelhante a lavar e torcer as mãos
- Problemas de coordenação na marcha e nos movimentos do tronco.
- Graves prejuízos de desenvolvimento de linguagem expressiva e receptiva.
- Severo retardo psicomotor, microcefalia. Está tipicamente associado com retardo mental severo ou profundo.
- Pode ocorrer transtorno convulsivo

#### Transtorno de Asperger

- Atinge mais o sexo masculino.
- Não ocorrem atrasos significativos na linguagem, apesar de ocorre prejuízo na interação social e nos padrões de comportamento repetitivo.
- A inteligência global é normal na maior parte dos casos.
- Não ocorrem atrasos significativos nas habilidades de autoajuda

<p>apropriadas para a idade, no comportamento adaptativo (que não de interação) e na curiosidade acerca do ambiente na infância.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificado mais tarde, no período escolar</li> </ul>
<p><b>Transtorno desintegrativo da infância</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocorre predominantemente no sexo masculino.</li> <li>• Regressão em múltiplas áreas do funcionamento, após um período de desenvolvimento aparentemente normal (interação social, comunicação e do comportamento).</li> <li>• Irritabilidade, ansiedade e hiperatividade.</li> <li>• Perda do controle intestinal ou vesical.</li> <li>• Está associado com retardo mental severo.</li> <li>• Sinais neurológicos inespecíficos, incluindo transtorno convulsivo</li> </ul>

Fonte: Martins, Preusseler e Zavschi (2002, p. 43-46).

Além disso, é indispensável saber que o TEA pode vir acompanhado de outros distúrbios, como: depressão, epilepsia e hiperatividade. Apresenta-se em graus variados desde os mais severos (em que a pessoa não fala, não olha, não mostra interesse algum no outro) até os mais leves, chamado de alto funcionamento (falam, são capazes de acompanhar o estudo normal,

desenvolver-se em uma profissão, criar vínculos com outras pessoas).

Então, torna-se impossível garantir um processo de inclusão ao aluno autista no ensino regular caso o sistema de ensino não atente ao diagnóstico preciso a partir das características desse transtorno, da compreensão do indivíduo que o tem e disponha de profissionais especializados e capacitados com entendimento capaz de conduzir sua prática pedagógica a atuar de maneira eficiente para que o aluno consiga, de fato vivenciar uma aprendizagem inclusiva.

## 2.1 A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA

No Brasil, o atendimento isonômico às demandas educacionais individuais das crianças está previsto de forma legal na Constituição Federal (CF) de 1988, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei 8.069/1990, que em seu artigo 54, parágrafo 3º, exige a garantia do “atendimento aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (ECA, artigo 54, parágrafo 3º). Entretanto, apesar da ampla discussão no contexto brasileiro, a ideia da inclusão vem mobilizando algumas ações das políticas públicas a respeito da concretização dessa questão.

Ainda de acordo com a lei 13.146/2015, p.15, a qual instituiu a Lei

Brasileira de Inclusão ou Estatuto da pessoa com deficiência que, diferentemente dos dispositivos anteriores, “tem como objetivo assegurar os direitos fundamentais da pessoa com deficiência, incluindo o direito à educação em escolas regulares, em todos os níveis”.

Posto isso, os apontamentos mais relevantes a serem respondidos na atualidade em relação à inclusão escolar de estudantes com autismo referem-se não somente ao direito de frequentarem a escola comum, o de ter professores que ofereçam condições adequadas de aprendizagem, atendendo assim as reais necessidades educativas especiais no sentido de garantir a permanência e o progresso do autista na instituição. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia de 15 de maio de 2006, instituí em seu artigo 5º, inciso V, que o profissional licenciado em pedagogia deve estar apto a “reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas” (BRASIL, 2006).

Partindo desse contexto, é necessário compreender a importância e o papel que o professor exerce nesse processo inclusivo, cabendo a ele a busca por estratégias e métodos adequados para atender ao público envolvidos nesse contexto, porém é importante deixar claro

que não só existe a responsabilidade por parte do professor, mas também a mediação do poder público, requerendo esforços por parte das políticas públicas mais contundentes para que o espaço e o processo educacional seja de fato inclusivo e garantido a todos.

Embora, é preciso deixar claro que o papel da escola vai além dessas questões, pois é necessário enfatizar que o educador que pretende trabalhar com estudantes em condição de inclusão possui uma tarefa responsável que surge como metas a serem cumpridas. BAPTISTA e BOSA (2002, p.45) “chamam o aluno que chega para a inclusão de novo aluno e o que já faz parte da sala de aula de aluno antigo”. A complexidade do desafio suscita ao professor uma inquietação que se faz ouvir imediatamente através de uma queixa dupla: Que posso fazer?

Que posso esperar?

Diante das exigências educacionais para a inclusão do autista no ensino regular, faz-se necessário a busca por conhecimentos sobre o espectro do autismo, apreensão de informações que possibilitem a escolarização do estudante autista e que lhes sejam ofertadas oportunidades para que o processo de ensino aprendizagem ocorra de maneira eficiente, tentando alcançar os fins diversos. É relevante que os professores obtenham títulos de formação sobre a inclusão escolar para que o sucesso do

ensino aconteça gradativamente e com qualidade. Portanto, o papel dos membros da escola, a participação ativa dos familiares e uma nova visão da comunidade escolar, sugestiva pela instituição, de como respeitar o autista, poderá melhorar o envolvimento dele no processo e, claro, a atuação do educador criando métodos inovadores em parceria com a coordenação.

É preciso maior visibilidade ao público autista no quesito de inserir no ensino regular, porém, não se pode deixar de enfatizar que a criação de políticas públicas educacionais referentes a inclusão de pessoas com Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas habilidades e deficiência, fez, oportunizou o conhecimento de um público, antes invisível. Nesse contexto, inserem-se os autistas, com características marcantes como dificuldades nos padrões de comportamento, na comunicação e nas questões sociais têm sido em alguns momentos, excluídas do processo ensino aprendizagem, em sala de aula regular, mesmo tendo a matrícula garantida por lei.

A educação do estudante autista é uma experiência singular e que exige muito do educador, uma vez que a programação pedagógica dele deve estar embasada nas suas necessidades, e direcionada para o desenvolvimento de suas habilidades e competências, favorecimento de seu bem-

estar emocional e equilíbrio pessoal de forma harmoniosa.

De acordo com lei 9.394/1996, em seu artigo 5º, “o acesso à educação básica é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão ter acesso”. E o estudante com autismo é também um indivíduo histórico e possui direitos de acesso à educação acesso como qualquer outro cidadão.

Defronte a esse contexto inclusivo pode-se citar as dez competências da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que indicam uma educação que promova um ensino de inclusão, que alcance a todos no ambiente educativo, propiciando qualidade na aprendizagem em modelos que não sejam ultrapassados. Especificamente a competência de nº 09, trata de:

Executar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e com potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.

Essa competência trata da importância de executar e desenvolver a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos

e a cooperação entre os alunos, até os anos finais do ensino fundamental II. Portanto, cabe ressaltar que a prática do que pede a BNCC é de suma relevância para que o avanço do ambiente escolar seja gradativo e possa acontecer com comprometimento e responsabilidade, não deixando assim nenhum aluno para trás do ensino regular.

Após a inserção do estudante na instituição escolar, cabe ao educador descobrir as habilidades que o educando possui e quais necessitam serem desenvolvidas e de acordo com o grau do transtorno identificar suas peculiaridades particulares para que o processo educacional se inicie.

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada". (MANTOAN, 2006).

Dessa forma, é preciso compreender a necessidade de haver professores que ofereçam condições adequadas de aprendizagem, atendendo assim as reais necessidades educativas especiais é algo indispensável ao processo inclusivo, através do papel desempenhado em sala, o profissional contribuirá na permanência,

progresso cognitivo e educacional do educando autista na instituição.

## **2.2 TRABALHO EDUCATIVO COM O ALUNO AUTISTA**

A inserção do autista na rede de ensino comum provoca sentimentos conflitantes no ambiente escolar, envolve direitos humanos da criança e família, assim também as questões éticas, demandando uma parceria estreita entre educação e saúde. De acordo com KUPFER (2005, p.39) "a atual política de educação inclusiva, a orientação é a inclusão total, inclusive das crianças com o autismo ou psicose".

Na história da psicologia e da educação especial em geral existe uma supremacia de ideias que situam o desenvolvimento biológico como importante no avanço do indivíduo. Logo, as raízes históricas e o crescimento alcançados ainda é recorrente entre professores pensar que muitos autistas não conseguem apreender conhecimentos por razões orgânicas, desconsiderando ou ignorando o papel da sociedade e da maneira como se concretizam as relações de produção no mundo capitalista. Góes (2002, p.59), em um dos seus estudos, descreve:

Uma contribuição importante nesse sentido são os estudos realizados no âmbito da teoria Histórico-cultural, os quais explicam o ser humano como



sujeito histórico e social e a aprendizagem, como um processo partilhado mediante o qual os sujeitos se apropriam do conhecimento produzido pela humanidade.

Inicialmente, o estudante assimila os modos sociais de interação de grupo e de atividades, após, por meio de tarefas orientadas de maneira sistemática e intencionalmente organizadas na instituição escolar, ele adquire os conhecimentos formais. Assim, são estabelecidas três premissas por Góes (2002, p.46):

- 1) O psiquismo das pessoas com ou sem deficiência é de caráter essencialmente histórica.
- 2) As funções psicológicas superiores são tipicamente humanas;
- 3) As circunstâncias de vida concreta do autista são determinantes para o seu desenvolvimento.

Percebe-se a relevância no conhecimento mais aprofundado sobre o aluno autista, proporcionando sua interação com mais autenticidade, observando que o tratamento a ele ofertado deverá ser igual aos demais estudantes, o que será diferenciado é a forma de planejar e mediar o conteúdo estudado.

Referente a todos os desafios, faz-se necessário a busca de conhecimento sobre o espectro do autismo, informações que possibilitem a escolarização do aluno com

esse transtorno e que lhes sejam ofertadas oportunidades para que o processo de ensino aprendizagem ocorra de forma eficiente. É preciso que os profissionais da educação sejam capacitados com conhecimento sobre os aspectos do autismo para tornar possível a sua escolarização.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), em seu artigo 4º II, considera-se público alvo do Atendimento Educacional Especial (AEE), estudantes com transtornos globais do desenvolvimento

Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. (BRASIL, 2001).

Vê-se aqui o respaldo para um atendimento especializado associado com a prática educativa de sala, pois o aluno com TEA faz parte do público direcionado a esse atendimento. Esse atendimento somado ao ensino de sala pode contribuir de maneira positiva, pois através do cotidiano escolar obtém-se uma análise crítica e objetivo do processo ensino aprendizagem.

### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo foi elaborado através do método qualitativo e quantitativo, tendo como base a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A pesquisa inicialmente caracterizou-se, com o método bibliográfico, a partir do levantamento e análise de referenciais teóricos que possibilitaram maior abrangência e respaldo sobre o assunto. A pesquisa bibliográfica foi de grande importância para o processo de conhecimento sobre o tema, porque a partir da mesma alcançaram-se informações necessárias para seu desenvolvimento.

Houve um segundo momento que pôde-se constatar e confrontar os dados obtidos da fundamentação teórica com os resultados da análise de dados coletados através da pesquisa de campo, que foi executada com aplicação de questionários junto ao objeto de estudo, com finalidade de serem obtidas as informações necessárias que possibilitaram responder o problema levantado.

Os dados foram coletados no período entre 10 de janeiro a 10 de fevereiro de 2022 devido ao período pandêmico do COVID-19 o questionário foi enviado através do aplicativo WhatsApp o contato com as entrevistadas foi totalmente online. Entre as técnicas utilizadas na coleta de dados, optou-se pelo questionário com o objetivo de obter dados importantes e

necessários para a pesquisa. É importante ressaltar que, os tópicos trabalhados foram planejados para o alcance dos objetivos respondendo os questionamentos levantados no estudo.

A opção para a aplicação do questionário foi devido à relevância da importância de obtenção de informações da prática realizada pelas profissionais no processo inclusivo, apresentado as mesmas questões para dois dos sujeitos questionados. O questionário foi composto por 4 (quatro) questões para a duas participantes, sendo uma professora da sala regular do 3º ano e outra da sala regular do 5º ano. Neste estudo, optou-se pelo questionário, composto por perguntas abertas.

A utilização do questionário tornou possível obter informações pertinentes sobre pontos ligados ao que foi investigado. Ao aplicar perguntas abertas permitiu-se um momento mais livre para relatar experiências cotidianas, especificamente na primeira etapa do ensino fundamental, a prática com estudantes autista. Os estabelecimentos de ensino foram: Escola Municipal Irmã Jolenta e Escola Municipal de Educação Básica Rotary, pertencentes a administração do Município de Penedo/AL.

A aplicação do questionário foi realizada apenas com duas professoras devido ao fato de trabalharem com alunos autistas. As docentes foram submetidas à

aplicação de um questionário, sendo objetivado analisar a realidade vivenciada pelas professoras acerca do processo de inclusão do aluno autista.

De acordo com LAKATOS e MARCONI (2010, p.190) “o questionário é um instrumento constituído por umas séries de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador”.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo verificou através da perspectiva das professoras sobre o processo de inclusão educacional dos alunos autistas no ensino fundamental anos iniciais. A pesquisa bibliográfica deu o suporte teórico para averiguação do processo inclusivo como também os desfechos da pesquisa de campo com informações adquiridas através do questionário aplicado.

As professoras que dispuseram o seu tempo para contribuir nesse estudo respondendo o questionário serão nomeadas no trabalho com a letra P numerada em ordem crescente, ou seja, P1 e P2. A intenção desta conduta é preservar o nome das docentes e garantir que a os princípios éticos sejam respeitados na prática.

**Quadro 2** – Resultados do questionário realizado com as colaboradoras da pesquisa

<b>1ª</b>	<b>Quais os maiores desafios e/ou dificuldades na inclusão do aluno com TEA em sala de aula?</b>
<b>P-1</b>	R. Os desafios encontrados foram envolver o aluno nas atividades diárias, pois as atividades devem ser passadas a partir do conhecimento do aluno e de suas preferências e dificuldades, para isso seria necessário em sala uma auxiliar para melhor adaptação desse.
<b>P-2</b>	Diante da realidade apresentada em sala de aula, os desafios são convívio e adaptação do aluno com TEA e os demais desafio são recursos e ferramentas que as vezes dependendo da Escola não estão disponíveis.
<b>2ª</b>	<b>Como foi preparado os vários espaços da escola para a inclusão do aluno?</b>
<b>P-1</b>	Na escola da rede municipal onde trabalhei com o aluno especial, não há um espaço adequado para ele desenvolver suas habilidades de acordo com a sua necessidade, que seria a sala de recursos. Porém a escola possui vários materiais como jogos e atividades lúdicas, onde ele se sentia muito feliz quando eram usados durante a aula
<b>P-2</b>	No tocante a escola que trabalho na rede municipal...não há um espaço adequado com matérias ou recursos o aluno é realmente inserido dentro da sala de aula convencional. Em alguns escola tem uma sala chamada sala de recursos onde é montada para atender esse alunado.
<b>3ª</b>	<b>Como foi integrado o trabalho do professor e do auxiliar?</b>

P-1	Com o retorno das aulas presenciais, não tive uma auxiliar para acompanhar junto comigo as atividades com a criança, porém realizava atividades com toda a turma e fazia algumas adaptações para que o aluno especial pudesse praticar e partilhar momentos junto com a turma.
P-2	Falando especificamente de mim como professora auxiliar de educação especial sempre costumo seguir os parâmetros e planos da professora titular apenas adaptando ao nível de absorção do meu aluno.
4 <sup>a</sup>	<b>Quais os métodos foram utilizados para a inclusão do aluno em sala de aula com os colegas?</b>
P-1	Através de atividades adaptadas a nível do aluno sobre o mesmo tema trabalhado com a turma, jogos, brincadeiras, dinâmicas, músicas, entre outras atividades.
P-2	Sempre através de atividades dinâmicas e em grupo onde necessite a participação deles e em brincadeira principalmente no horário de intervalo também.

Fonte: Quadro elaborado pela autora desta pesquisa, 2022.

A partir desses resultados, foi possível analisar o ponto de vista das educadoras sobre a inclusão do aluno autista no ensino regular. As docentes, das escolas campo de pesquisa, descreveram suas experiências através de perguntas abertas. Nelas foi pedido que elas destacassem quais os desafios ou dificuldades na inclusão do autista em sala de aula, como eram os espaços para esses alunos, o trabalho

professor e auxiliar e os métodos utilizados no processo ensino aprendizagem.

No primeiro questionamento foi observado que as entrevistadas colocaram como desafios as atividades de adaptação e interação do aluno autista no cotidiano escolar, a forma de como aplicar os conteúdos, descreveram ainda, que em algumas escolas da rede, não existem os recursos e ferramentas adequados para aplicação de atividades diferenciadas. Gikovate

(2009, p. 15), ressalta “que para haver realmente uma inclusão escolar da criança com autismo é importante levar em consideração qual a necessidade desta, a partir disso deve-se fazer as adaptações na sala de aula”. De acordo com o autor é fundamental a observação sobre a real necessidade do aluno autista, com isso haver as devidas adaptações.

Na segunda pergunta, as colaboradoras foram questionadas a respeito do espaço para acolher o estudante autista, as professoras responderam que, em algumas escolas, não há espaços adequados para desenvolver as atividades diárias, mas a instituição escolar possui materiais, como jogos, para trabalhar atividades lúdicas.

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e a comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das

diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos (BRASIL, 2010, p. 24).

Na terceira questão, as entrevistadas, detalharam como ocorreram as relações professor e auxiliar durante o processo ensino aprendizagem. Observou-se que uma já era auxiliar, buscava seguir o que era aplicado em sala de aula, já a segunda era professora regente, não teve nenhuma auxiliar no decorrer do retorno das aulas presenciais. MANTOAN (2006, p.48) apontou que “é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares”.

No último questionamento foi solicitado que as entrevistadas mostrassem como ocorriam os métodos para incluir o autista em sala regular. Elas responderam que trabalharam com base em jogos, brincadeiras, músicas, assim aconteciam atividades dinâmicas e participações ativas, assim como no intervalo.

Brincar é uma necessidade básica assim como é a nutrição, a saúde, a habitação e a educação, brincar ajuda a criança no seu desenvolvimento físico, afetivo, intelectual e social, pois, através das atividades lúdicas, a criança forma conceitos, relaciona ideias, estabelece relações lógicas, desenvolve a expressão oral e corporal, reforça habilidades

sociais, reduz a agressividade, integra-se na sociedade e constrói seu próprio conhecimento. Ferreira (2007, p. 124).

Torna-se compreensível que o processo inclusivo é necessário escolher uma opção, mas ainda é preciso que seja mais bem efetivado, e que a ideia inclusiva se amplie, para que assim que a visão sobre o estudante autista seja, cada vez mais, amplificada e respeitada, pois cada ser humano necessita de um espaço no convívio social.

## CONCLUSÃO

A partir desse estudo ficou claro que a prática educacional transformadora exige uma crença incondicional na capacidade do ser humano de conhecer, logo necessita-se da organização sistemática e adequada aos recursos e estratégias para efetivar as tarefas. Também os professores necessitam de educação formal e humanizada, pautada em leis do desenvolvimento, mas reconhecendo e respeitando o espaço de pessoas com Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas habilidades e deficiência, surgindo, nesse contexto, o autista. Na realização deste trabalho foi percebido que para ocorrer o processo inclusivo de alunos autistas, uma educação que alcance “a todos”, é necessário empenhar-se para reconhecer melhor as diversas dificuldades existentes entre eles,

para que dessa forma possam garantir as mudanças qualitativas no contexto escolar.

O presente estudo evidenciou a importância de incluir o autista no processo ensino aprendizagem através de momentos de interação, em brincadeiras e jogos e no contexto da sala regular, logo percebe-se a importância em obter conhecimentos mais aprofundado do aluno autista, podendo fazer ele interagir com mais autenticidade. Por isso, analisa-se que o tratamento a ele ofertado será igual aos demais alunos, o que será diferenciado é a maneira de planejar e transmitir o conteúdo programado.

Observou-se que buscar a melhoria da prática ou aprimorar e adquirir métodos que atendam ao público é bastante relevante, pois os educadores precisam sempre em busca da análise e condições da inserção da família dentro do processo de inclusão para que possa tentar atender as necessidades dos alunos. A inclusão ocorre através da aceitação e do respeito de cada ser humano com o intuito de destacar o seu papel no meio social.

A pesquisa conseguiu atingir o objetivo proposto, mesmo sabendo que ainda há muito a ser realizado para que o ensino regular oferte um ambiente inclusivo. Desta feita, foi possível conhecer melhor a respeito do aluno autista, por isso, obter uma visão de mudança na forma de pensar esse estudante. Acrescenta-se aqui que a escola, ao aceitar o autista atingirá

posturas de mais cuidado e atenção em relação a forma de transmitir os conteúdos e ainda adequá-lo ao contexto.

Um aspecto que merece ser destacado é que no procedimento da revisão bibliográfica foi possível observar a importância dos jogos e brincadeiras pedagógicas no apoio aos estudantes com necessidades educacionais especiais. Propor atividades lúdicas para alunos com autismo será de suma importância na contribuição do desenvolvimento, é no brincar que eles representam sua compreensão do mundo real. O aprendizado desses estudantes é de fundamental importância para o desenvolvimento cultural, social e cognitivo.

Portanto, este estudo auxiliará na reflexão da importância do processo de inclusivo no ambiente escolar do discente com TEA, para profissionais atuantes da área e futuros docentes que se interessarem pela temática. Este estudo contribuiu em uma provocação na perspectiva de novas investigações dentro do reveja espaçamento no contexto educacional.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C.R.; CAIADO, e BOSA.  
Educação especial: diálogo e Pluralidade.  
Porto alegre: Mediação, 2002.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Parecer, nº 17, Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001. BRASIL.

FERREIRA, C. A. A avaliação formativa vivida pelos professores do 1º ciclo do ensino básico. Revista Portuguesa de Pedagogia. 2007.

GIKOVATE, Carla Gruber. Autismo: compreendendo para melhor incluir. Rio de Janeiro, 2009.

GÓES, M. C. R. (2002) Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. 2002. São Paulo, SP: Moderna.

Kupfer, M. C. M. (1997). Educação Terapêutica: o que a psicanálise pode pedir à educação. Estilos da Clínica, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANTOAN, Maria Tereza. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MARTINS, Ana Soledade Graraeff; PREUSSELER, Cintia Medeiros; ZAVSCHI, Maria Lucrecia Scherre. A psiquiatria da infância e da adolescência e o autismo. Autismo e educação: atuais desafios. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental /Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

São Paulo: Saraiva, 1996. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.